

Varnhagen, o Império e os índios brasileiros

Noêmia dos Santos Pereira Moura

A guerra e a paz sempre estiveram presentes nas relações interétnicas produzidas por índios e não-índios ao longo do processo histórico de construção do Brasil. Desde os primeiros encontros uma questão se estabeleceu do ponto de vista do não-índio: Qual é o lugar do indígena? Os europeus acreditavam que só eles estavam realizando esse questionamento. No entanto, os estudos realizados nas três últimas décadas demonstraram que os índios também se indagavam sobre o lugar do europeu. Ao longo do contato, os povos indígenas, de acordo com suas pautas culturais, desenvolveram estratégias através das quais se manifestaram enquanto sujeitos históricos¹.

Atualmente, reconhecendo-se e sendo reconhecidos legalmente e historiograficamente enquanto sujeitos históricos e, portanto, construtores de seus destinos, as diversas etnias se unem em torno da reivindicação de um lugar de fato e de direito na sociedade brasileira. O lugar da cidadania brasileira. A história desses povos vem sendo recuperada e repensada através das pesquisas, dos debates acadêmicos, bem como pelo movimento indígena emergente na antepenúltima década do século passado. É justamente esse elemento novo que vem forçando o Estado brasileiro a enxergar os indígenas e sua diversidade. Eles reivindicam o reconhecimento da diversidade sem descartar a unidade nacional, o abandono de uma perspectiva assimilacionista e a aquisição constitucional do princípio do direito à diferença. Tudo isso foi conquistado pelos povos indígenas, na Constituição Federal de 1988.

O movimento indígena, alicerçado por apoios múltiplos de não-indígenas, produz a visibilidade numérica das etnias no Brasil e conseqüentemente, reivindica seu espaço nas Histórias vividas e registradas. Não dá mais para considerar os índios como meros remanescentes de um passado remoto. Compõem numérica e culturalmente o rico painel da diversidade cultural brasileira. Todavia, essa presença só foi realmente ratificada pelos cientistas sociais a partir da deflagração da crise do paradigma moderno cunhado pelo

princípio do racionalismo e do cientificismo e, conseqüentemente da dicotomia civilizado e incivilizado.

O contexto presente, aprofundado pela descrença acadêmica no progresso tecnológico e no domínio irrestrito da natureza, denota uma crise da racionalidade moderna e põe em causa o próprio lugar do observador, que deixou de falar de um ponto de vista absoluto. Coloca-se em causa o próprio estatuto da objetividade científica moderna e a sua função de estabelecer o rigor da produção do conhecimento. O ritmo frenético do tempo rumo ao futuro da prosperidade, do desenvolvimento e da solução dos problemas vitais (fome, doenças, insegurança) se encontra perpassado pela instalação da incerteza e do medo. O projeto anteriormente indubitável e inexorável expõe-se a uma nova avaliação.

O novo cenário, pós-1989, nos remeteu a repensar as nossas práticas e teorias em relação à antiga dicotomia natureza x sociedade. A natureza denunciou a consolidação do ecocídio e a sociedade, por sua vez, reconheceu a fome mundial diante de um crescimento demográfico estimulado pelo desenvolvimento das ciências e das técnicas inovadoras. Somos conduzidos a repensar sobre a produção científica - acadêmica e extra-acadêmica. Todavia, nós cientistas sociais, que entalhamos e fomos entalhados pela modernidade e pela academia, não dominamos um novo instrumental de análise para realizar essa nova tarefa. Esse instrumental está em construção e o desafio está proposto: reler o processo histórico, desconstruir conceitos e categorias, secularmente arraigados, e construir um novo instrumental.

A problemática é muito emblemática, pois ao passo que um novo instrumental analítico é fundado novas relações sociais são reivindicadas. Povos que por muito tempo foram considerados sem história e sem ciência reivindicam sua maioria cidadã. O conflito, denunciado inicialmente pelos antropólogos e reforçado pela visibilidade do movimento indígena, do final da década de 1970 obriga-nos, historiadores e demais estudiosos, a rever os pontos de vistas anteriormente autorizados. Nosso objetivo aqui é apontar esse desafio e repensar à luz de um pensamento crítico e da visibilidade incontestável dos povos indígenas

no Brasil, qual é a importância da História na consolidação e desconstrução de estereótipos e estigmas que se cristalizaram no processo histórico. Nosso parâmetro de reflexão é a historiografia do século XIX. Propomos lançar um rápido olhar sobre a abordagem de Adolfo de Varnhagen relacionada ao Brasil e aos índios aqui circunscritos a partir da ótica da nova História Indígena.

Essa nova História perscrutará um conjunto de experiências, vivências e estratégias indígenas buscando aliar a sensibilidade antropológica às informações inéditas que emergem, em fragmentos dispersos, em arquivos que guardam e escondem os mistérios do passado desnudados nas recentes produções científicas². E, possibilitará aos atores sociais indígenas reapropriar-se, a partir do processo de “revitalização” étnica, de culturas e histórias autênticas.

Para realizar esse exercício de reflexão sobre nosso desafio atual de construção/desconstrução de estereótipo remontamos ao século XIX, que assistiu à formação dos estereótipos de primitividade, involução e a - historicidade das sociedades indígenas. Para dissipar a construção de novos estereótipos e julgamentos de valor é importante ressaltarmos que entendemos o Visconde de Porto Seguro, como um homem de seu tempo. Como tal, orientado por uma visão eurocêntrica gerada nas nações civilizadas se cobrava um parecer sobre a inclusão ou exclusão dos índios na História do Brasil. Nosso interesse por esse historiador diz respeito ao *status* que atingiu com sua tese de que os índios não tinham história e acerca deles só poderia se obter uma etnografia. Seu pensamento é próprio de um período histórico que convivia com a construção da História e da Antropologia enquanto ciências humanas, no qual os povos exóticos se transmutavam em povos primitivos representantes da infância da humanidade.

O século XIX apresenta uma particularidade incomum na História do Brasil. Cunha diria que é um século heterogêneo³. Três regimes foram vivenciados neste período: colônia, império e república. É o momento da passagem de poder do Império luso ao brasileiro e desse à república. Nesse momento, os indígenas deixam de ser reconhecidos enquanto

mão-de-obra imprescindível no processo de colonização e ocupam o epicentro da disputa pelas terras brasileiras.

Nas duas primeiras décadas, a política indigenista, dirigida por D. João VI, promoveu a ocupação das áreas indígenas por colonos interessados em explorá-las em troca da aquisição de seus direitos legais de propriedade. Era necessário, segundo o governo português, impedir possíveis movimentos autonomistas similares aos de toda a América Espanhola. Deflagrado o processo da independência brasileira, novas propostas de cunho nacionalista foram gestadas. O novo momento estreitará os espaços nos quais se escreverá a nova política indigenista imperial brasileira. Os regionalismos se exacerbarão. Ao passo que na colônia o Império português enfrentava os argumentos e reivindicações dos jesuítas e dos moradores da colônia, no Império os governantes enfrentarão prática e teoricamente o debate sobre a humanidade desses povos.

O debate nacional resgatou a humanidade indígena. José Bonifácio de Andrada e Silva tornou público seus *Apontamentos para Civilização dos Índios Bravos do Império Brasileiro* (1823). Colocava-se naquele momento um questionamento que perpassou os novos séculos de construção conflituosa: Como lidar com o pluralismo/multiplicidade dentro de uma idéia de universalização do pensamento? Em cada momento da história brasileira essa questão se apresentou com diferentes matizes. Os cientistas sociais procuraram e continuam a respondê-la de acordo com suas possibilidades teórico-metodológicas e seus padrões culturais. Nesse século em destaque, abriu-se um amplo debate acerca da política a ser desencadeada pelo Império brasileiro para com os índios, uma vez que era o momento da centralização política e de demarcação fronteira com os vizinhos. Enfatizava-se a necessidade de situar toda a população sobre o território nacional em um processo de catequese e civilização.

Havia entre os pensadores brasileiros o consenso da impossibilidade de se constituir um projeto de unidade frente à diversidade cultural e étnica apresentada pelo Estado brasileiro. Além do que, os povos indígenas estavam aquém das possibilidades do convívio social pacífico. Dessa feita, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recém

criado em 1838, a fim de participar efetivamente do debate em questão elegeu como tema de estudo a seguinte proposição: Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios estranhos em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. Diversos debates foram suscitados. Naquele momento, estavam se formando ao mesmo tempo uma concepção de Estado Nação e de História. A História buscava legitimar o processo de dominação social e o seu próprio espaço acadêmico-científico.

José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência, continuou a defender seu Projeto acerca das ações sobre os índios brasileiros. O governo imperial brasileiro lançou uma consulta às províncias com o objetivo de elaborar um Plano Geral de Civilização dos Índios. Tal consulta arrastou-se por mais algumas décadas. Nesse ínterim, as próprias províncias legislaram sobre a questão indígena em seus territórios. Um vácuo legal instalou-se gerando uma diversidade de ações regionais sobre a questão indígena. Os indígenas, sem representação oficial em nível algum, se rebelavam contra os maus tratos ou faziam petições ao Imperador durante a primeira metade do século. Somente a partir de 1845, com o Regulamento de Catechese e Civilização dos Índios, são estabelecidas diretrizes mais gerais sobre o governo dos índios aldeados. O Regulamento é o único documento geral sobre o Império.

Varnhagen, enquanto representante do Império e respeitado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve um papel definitivo na difusão de um pensamento nacional acerca dos índios neste século. Orientado por uma matriz teórica européia propõe ao Instituto Histórico e ao Império sua tese dos povos sem história. Publicou em 1854 a *História Geral do Brasil*, em resposta ao questionamento do IHGB. De acordo com a ampla divulgação de seus críticos, foi e continua sendo reconhecido como um dos maiores historiadores brasileiros do século XIX, bem como um dos grandes homens a serviço do Império. Realçou na obra supracitada seu duplo caráter de historiador e estadista. Por um lado, seus escritos deixaram transparecer o lugar social de onde falava: os altos escalões do

Império brasileiro. Por outro, seu compromisso intelectual levava-o a se destacar enquanto coletor/analista do mais amplo conjunto de fontes documentais sobre o Brasil.

De fato, sua participação incisiva na definição de uma política de abasileiramento da população imperial não passou despercebida. Defensor incansável de suas próprias idéias desfechou diversas polêmicas com vários pensadores contemporâneos seus. Dedicou boa parte do seu tempo, distribuído entre suas embaixadas na América Latina e na Europa à produção historiográfica. Sua contribuição esteve centrada no destino da Nação e dos indígenas. Este é o motivo dos índios sempre estarem presentes em suas obras. Sua produção intelectual, bem como a de seus pares, espelhava a estruturação e consolidação do Brasil Nação. A seu ver, o paradigma de Nação produzia a necessidade imperial da miscigenação diante de tal diversidade racial e cultural. Foi um dos historiadores brasileiros a aplicar a linha conservadora na construção da história do Brasil. Em defesa da Nação, sacrificou a liberdade dos mais humildes em favor da proeminência de uma elite preconceituosa e exploradora. Em *História geral do Brasil* expôs seu posicionamento anti-indígena. Seus interesses e compromissos iam de encontro aos da elite brasileira. A História nacional nascia agregada à Nação.

Entendia que à História cabia sedimentar as raízes e as origens grandiosas da Nação. Portanto, acreditava que a história da nação era a história da civilização e que as “raças inferiores e medíocres” nada teriam a oferecer ao engrandecimento do Brasil. Considerado um dos maiores historiadores de seu tempo, Varnhagen cunhou na literatura e, conseqüentemente no imaginário brasileiro a idéia de que os povos indígenas no Brasil não tinham passado e, portanto, não teriam futuro, vindo sucumbir ao longo do contato com os agentes da civilização e modernização do Estado brasileiro. O autor dessa profunda profecia com certeza não concebia que seus escritos perpassariam tantos séculos de História e se fariam presentes nas mentes dos sujeitos da Era da Informação.

A poderosa imagem de povos isolados e primitivos, difundida por Varnhagen e seus seguidores, permaneceu como obstáculo para uma nova conceituação e compreensão dos múltiplos processos de transformação étnica que tornam a história do Brasil um desafio

permanente para sucessivas gerações de historiadores. Na segunda metade do século XIX, com a Lei de Terras (1850), a tutela indígena novamente é realçada. Segundo Cunha, a partir de 1858 os índios são reputados incapazes da administração de seus bens. Dessa forma, competia ao Estado gerir seus interesses e aos poucos introduzi-los no processo de civilização. Várias tentativas foram propostas pelos ideólogos da nação. Desde a inclusão através da miscigenação, o trabalho compulsório e escravo até a participação efetiva na defesa militar das fronteiras nacionais. Até a véspera da República essa situação prevalecerá. Uma luta desenfreada pela posse das terras indígenas.

Por muito tempo, nós historiadores ignoramos a história dos povos indígenas habitantes no Brasil. Informados pelos cânones científicos da Academia reproduzíamos uma visão estereotipada e errônea sobre essas sociedades. A selvageria, o primitivismo, a indolência, a inconstância esterilizavam os germes da curiosidade histórica. A luta anticolonial e as iniciativas do dito terceiro mundo fizeram sentir a necessidade de aumentar seu conhecimento e compreensão. Mesmo sabendo que a desconstrução de antigos preconceitos e formas de discriminação não desapareceram de uma hora para a outra em todos os lugares a curiosidade histórica se instalou. Um diálogo interdisciplinar da História com a Antropologia foi estabelecido⁴.

Ainda sabemos pouco sobre a história desses povos o que permite que o imaginário brasileiro continue povoado de graves distorções e preconceitos a respeito dessas populações. Muitos são os desafios dos historiadores que se lançarem nessa perspectiva. Segundo Monteiro, temos as seguintes tarefas: 1) reinterpretar abrangentemente os processos históricos que envolviam essas populações; 2) reavaliar como esses diferentes atores nativos criaram e construíram um espaço político pautado na rearticulação de identidades, contemplando evidentemente não apenas as formas pré-coloniais de viver e de proceder, como também e especialmente a sua inserção – ou não – nas estruturas envolventes que passaram a cercear cada vez mais as suas margens de manobra; 3) romper com as abordagens que enxergam na resistência apenas a reação

anônima, coletiva e estruturalmente limitada. Novas leituras do espaço intermediário poderão revelar os sinuosos caminhos por onde passou – e passa – a resistência⁵.

¹ WRIGHT, Robin M. (org.). Transformando os deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

² MONTEIRO, John Manuel (1999). Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

³ CUNHA, Manuela Carneiro da (1992). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

⁴ MONIOT, H. (1988). A história dos povos sem História. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs.). *História: Novos Problemas*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves.

⁵ MONTEIRO, John Manuel (1995). O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy L. da & GRUPIONI, L.D.B. (orgs.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.